

Falta um acordo entre os credores

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

O anúncio da proposta de acordo de renegociação da dívida externa brasileira passou a depender, ontem, da solução de uma divergência entre credores a respeito do tamanho da parcela com que cada banco terá de contribuir na montagem do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões de "dinheiro novo" incluído no pacote.

(Ontem, em Brasília, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, foi enfático ao afirmar que "o acordo externo está fechado", escreve a editora Cláudia Safatle. Ao fazer o anúncio oficial, o ministro informou que todos os pontos da negociação da dívida, que envolviam o Brasil, estão acertados e que a delegação brasileira chega hoje a Brasília. Agora, disse, falta somente uma questão de ordem interna no comitê de bancos credo-

res, que é acertar com quanto cada instituição deverá arcar na cota de US\$ 5,2 bilhões que serão emprestados ao Brasil.)

Segundo informações prestadas a este jornal por uma fonte do comitê de bancos, a disputa coloca, de um lado, o Bank of Tokyo, que representa os interesses dos credores japoneses, e, de outro, os demais treze bancos do comitê.

O banqueiro disse que a divergência deve ser superada, mas evitou prever em quanto tempo, lembrando que a resolução da cláusula legal entre o Brasil e os credores demorou várias semanas. "Mas o problema é sério, no sentido de que, se ele não for superado, não haverá acordo." Segundo a mesma fonte, o comitê aguarda uma resposta hoje a uma consulta que o Bank of Tokyo deveria fazer com os demais bancos japoneses.

Estes haviam, inicialmente, reivindicado a ma-

nutenção do dia 31 de dezembro de 1982, usada nos acordos anteriores, como data de referência para o cálculo da parcela de cada credor no empréstimo de "dinheiro novo". A razão é que os credores japoneses mantiveram suas respectivas carteiras de empréstimos ao Brasil, ao contrário do que ocorreu com os bancos de outros países, especialmente os regionais americanos, que ao longo dos anos passaram adiante seus ativos brasileiros.

Assim, a data-base de 31 de dezembro de 1982 manteria em níveis mais baixos a contribuição relativa dos bancos japoneses ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões. Como eles detêm cerca de 15% da dívida externa privada do Brasil, teriam de entrar com algo próximo a US\$ 780 milhões do "dinheiro novo".

A aceitação da proposta japonesa criaria, no entanto, um pesadelo operacional, pois centenas de bancos que eram pequenos credores do País em 1982 se desfizeram de seus ativos brasileiros nos últimos seis anos. Diante desse argumento e de um cálculo inicial que projetava um aumento proporcional insignificante da contribuição dos bancos japoneses, estes concordaram, há algumas semanas, em avançar a data-base do empréstimo para o dia 31 de março de 1987.

Segundo fontes familiarizadas com as negociações, o problema que vem, agora, amarrando o anúncio formal do acordo surgiu há poucos dias, quando o comitê de bancos e o Banco Central do Brasil terminaram o complicado trabalho de projetar a fatia do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões que tocará a cada banco, a partir da nova data-base. A projeção revelou um aumento importante da contribuição dos credores japoneses. Em lugar de entrarem com 15% dos US\$ 5,2 bilhões, os japoneses teriam de contribuir com 20%, ou mais de US\$ 1 bilhão, enquanto a participação relativa do conjunto dos bancos americanos cairia.

Diante desses números, que representam um aumento, em dólares,